

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.496 - MG (2019/0205189-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : KARLA FELISBERTO DOS REIS
ADVOGADO : KARLA FELISBERTO DOS REIS - MG086444
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : PAOLA AZEVEDO CORREA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **PAOLA AZEVEDO CORREA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS SEUS REQUISITOS AUTORIZADORES, PREVISTOS NO ART. 312, DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA COMPROMETIDA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER SANADO – ORDEM DENEGADA.

- Não há falar em constrangimento ilegal se a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente encontra-se devidamente fundamentada." (e-STJ, fl. 22)

A impetrante pleiteia a revogação da prisão preventiva imposta à paciente com a substituição dela por medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Em consulta à base de dados processuais desta Corte, verifica-se que este *habeas corpus* traz pedido igual ao deduzido no RHC 115.703/MG e se insurge contra o mesmo acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.059416-8/000).

Desse modo, tratando-se de mera reiteração de recurso já em trâmite nesta Corte, e cujo mérito será oportunamente analisado, é o caso de não conhecimento.

Confira-se:

"AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. QUADRILHA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. AFASTAMENTO DE CARGO. VEREADOR. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA DURAÇÃO DA MEDIDA. QUESTÃO VEICULADA EM *WRIT* ANTERIORMENTE IMPETRADO. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO *MANDAMUS*. DECISÃO ACERTADA. REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há como dar-se seguimento a impetração quando a questão aqui levantada já foi deduzida e será examinada no *mandamus* anterior.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a impetração de *habeas corpus* com objeto idêntico ao de *writ*

Superior Tribunal de Justiça

anteriormente ajuizado caracteriza indevida reiteração de pedido, o que obstaculiza o seu conhecimento.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 290.203/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 1/8/2014.)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

